



Conversa

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

Periferias e Insurgências: Diáspora Africana nas Cidades Brasileiras

Conversa entre:

Tereza Spyer

Universidade Federal de Ouro Preto

Denilson Araújo de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Diosmar Marcelino de Santana Filho

Universidade Federal Fluminense

Pedro Vitor Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A conversa das próximas páginas é a transcrição e a adaptação, com apoio de um aplicativo de inteligência artificial, da participação de Tereza Spyer (UFOP), Denilson Araújo de Oliveira (UERJ), Diosmar Marcelino de Santana Filho (UFF) e Pedro Vitor Costa (UFRJ) em um episódio do Podcast Urbanidades,¹ gravado em 25 de julho de 2024. Esse bate-papo foi postado em 27 de setembro de 2024 e é o segundo de três episódios da série Diáspora Africana nas Cidades Brasileiras, realizada em parceria com o ¡DALE! — Decolonizar a América Latina e seus Espaços, grupo de pesquisa do PPG-AU/FAUFBA e que tem Spyer como vice-líder. A série deriva do Dossiê Cidades Africanas,² publicado entre 2022 e 2023 no periódico do grupo, a revista Laje.

Constam, no último dos três volumes do dossiê, textos de Santana Filho em coautoria (SANTANA FILHO; GÓES; FERREIRA, 2023), de Costa e seus orientadores (COSTA; CAPILLÉ; MENDO, 2023) e de Oliveira (2023). Na conversa, após o resumo de cada um desses trabalhos, o grupo correlaciona o racismo às periferias e insurgências nas cidades brasileiras. As desigualdades sociorraciais, expostas e ampliadas pela pandemia de COVID-19, têm destaque no comentário à exaustiva mobilidade pendular de trabalhadoras domésticas majoritariamente negras e periféricas rumo a edifícios de arquitetura refletindo a estrutura colonial e racista de elevadores e banheiros de serviço; ou à constante de estátuas de colonizadores brancos a enfeitar os espaços públicos.

Os pesquisadores também abordam as redes de solidariedade e as formas de resistência dos grupos negros periféricos, através do reordenamento territorial promovido por terreiros, blocos afro, escolas de samba e coletivos de rap e hip-hop, por exemplo. O debate sobre isso, contudo, leva ao alerta sobre a crescente apropriação destas manifestações culturais por grupos de extrema direita, que distorcem as pautas antirracistas e feministas e reforçam valores elitistas. Por fim, o grupo faz elucubrações sobre as dimensões do racismo ambiental inerentes às enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, ressaltando o impacto majoritário nas populações periféricas não brancas e os riscos de uma reconstrução que ignore os territórios negros historicamente instituídos.

¹ Nota dos Editores (N.E.) — O Podcast Urbanidades volta-se ao urbano brasileiro e é produzido, roteirizado e distribuído pelo UrbanData-Brasil e o Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo. Tem mais de 100 episódios com autores de publicações, representantes de organizações institucionais em estudos urbanos e organizadores de dossiês e eventos acadêmicos. Ouça o áudio deste episódio [aqui](#) ou no arquivo MP3 que é anexo a este texto no site do Cadernos PPG-AU/FAUFBA.

² Editado por Céline Veríssimo (UNILA), João Pena (UNEB) e Murad Vaz (UTFPR), integrantes do ¡DALE!, o Dossiê Cidades Africanas, na Laje, propôs ampliar os estudos sobre o urbano de países africanos e a cultura afrodiáspórica, especialmente transatlântica, além de aprofundar o diálogo entre o giro decolonial e os estudos étnico-raciais. São três volumes: Volume 1: Cidades e arquiteturas na África (2022); Volume 2: Cidades e arquiteturas afrodiáspóricas (2023); e Volume 3: Cidades, raça e emergências na África e na diáspora (2023).

Tereza Spyer: Eu quero começar agradecendo muito ao Denilson [Araújo de Oliveira], ao Diosmar [Marcelino de Santana Filho] e ao Pedro [Vitor Costa] por terem aceitado o convite para essa conversa sobre a diáspora africana nas cidades brasileiras, com foco em periferias e insurgências. Vocês três são autores de textos no Dossiê Cidades Africanas, da revista *Laje*, e enriqueceram muito essa discussão. Eu, particularmente, adorei ler os textos de vocês. Antes das perguntas, farei uma breve introdução. Denilson, no seu ensaio “Trajetórias do Hip-Hop e da Questão Racial Brasileira: Alguns Apontamentos”, você procura compreender a inscrição espacial do racismo no espaço urbano e a trajetória da cultura hip-hop como instrumento de combate ao racismo (OLIVEIRA, 2023). Já no seu artigo, Diosmar, intitulado “Territórios Negros: Uma Análise Socioespacial em Tempos de COVID-19”, escrito em coautoria com Emanuelle Góes e Andréa Ferreira (SANTANA FILHO; GÓES, FERREIRA, 2023), vocês abordam o aprofundamento das desigualdades raciais durante a pandemia, refletindo sobre o direito à cidade em Salvador e no Rio de Janeiro. Por sua vez, Pedro, no ensaio escrito em parceria com Cauê Capillé e Maria Ayara Mendo, “A Doméstica de Magé: Uma Arquitetura em Oito Atos”, vocês tratam da relação entre arquitetura, cotidiano, memória, corpo e território (COSTA; CAPILLÉ; MENDO, 2023). Depois dessa breve introdução, a minha pergunta para vocês é a seguinte: vocês poderiam falar brevemente sobre esses textos, inclusive o contexto em que foram produzidos? Imagino que alguns deles tenham sido escritos durante o período da pandemia...

Denilson Araújo de Oliveira: No meu artigo (OLIVEIRA, op. cit.), eu busco abordar as trajetórias do hip-hop, no Brasil, e compreender como o racismo se inscreve no espaço urbano. Esse é o primeiro ponto central do meu trabalho, pois o racismo se manifesta de formas distintas, em diferentes contextos e territórios. A questão racial no Brasil, por exemplo, não é a mesma da África do Sul, dos Estados Unidos ou da França. Então, o que me instigou foi entender como o racismo se inscreve no espaço urbano brasileiro. Foi esse questionamento que me levou a investigar o hip-hop e a me identificar com essa cultura há mais de 20 anos. O que mais me chamava a atenção era ver jovens negros falando sobre os territórios onde viviam — favelas e periferias urbanas — e denunciando as desigualdades sociais e o racismo que enfrentavam cotidianamente.

A partir dessa escuta e dessa identificação, comecei a refletir sobre os impactos políticos e territoriais do hip-hop nas cidades brasileiras, com foco inicial no Rio de Janeiro. Ao analisar essa influência, percebi que o hip-hop, quando chega ao Brasil, se conecta com um contexto próprio. Ele surge nos guetos de Nova Iorque, nos anos 70, a partir das expressões culturais de imigrantes porto-riquenhos, jamaicanos, afro-americanos e até

um pequeno número de brasileiros. Desde o início, se constrói como um canal de expressão de grupos silenciados e subalternizados. Quando chega ao Brasil, misturado com a sonoridade da *soul music*, o hip-hop também passa a mobilizar grupos periféricos historicamente silenciados e subalternizados. Ele se torna, então, não apenas uma ferramenta de denúncia contra as violências — como a brutalidade policial e a desigualdade racial —, mas também um modo de evidenciar a tensão que estrutura o espaço urbano brasileiro. Fica o convite a todas, todos e todes para conhecer o texto, refletir e, claro, compartilhar críticas e sugestões.

Diosmar Marcelino de Santana Filho: Agradeço a oportunidade de dialogar e compartilhar esse momento de falar sobre o artigo publicado na revista *Laje*. Também quero expressar minha gratidão por estar aqui ao lado do professor Denilson e do Pedro, fazendo esse diálogo tão enriquecedor. Ouvindo o Denilson, fiquei refletindo sobre como a Geografia tem se transformado e como, enquanto geógrafo, eu busco compreender os movimentos que estabelecemos nos espaços urbanos, especialmente a partir da maneira como construímos esses territórios. Sou baiano, mas de uma geração que não nasceu em Salvador, mas que se movimentou e passou a vivenciar a história da cidade em sua periferia. Essa experiência me permitiu observar como um território racializado se organiza e produz formas próprias de resistência e existência no espaço urbano.

O artigo que apresento foi construído em parceria com duas pesquisadoras epidemiologistas, a Andréa Ferreira e a Emanuelle Góes, com quem tive a alegria de compartilhar essa produção de conhecimento. O texto (SANTANA FILHO; FERREIRA; GÓES, 2023) traz uma memória crítica de processos já em curso antes mesmo da pandemia. No momento em que a Covid-19 começou a se espalhar, eu estava em meio a uma série de viagens pelo Brasil, lançando meu livro (SANTANA FILHO, 2018) e realizando oficinas em diversas cidades, de Natal a Porto Alegre, dialogando tanto em comunidades urbanas periféricas quanto em universidades. Meu objetivo era justamente explorar como a análise socioespacial do professor Milton Santos poderia ser traduzida em uma análise sociorracial. Buscava entender como nós, população negra, organizamos os espaços e que tipo de conhecimento emerge dessas práticas, refletindo como as bases teóricas da Geografia, especialmente as de Milton Santos, podem nos mover no século XXI.

Com o surgimento da pandemia, senti a necessidade de registrar o que estava acontecendo. A primeira parte do artigo é, na verdade, um ensaio que nasceu de reflexões semanais que eu escrevia e compartilhava com amigos pelo WhatsApp. Esses textos, somados à colaboração com Emanuelle e Andréa, foram sendo organizados e aprofundados para mapear criticamente o que estávamos vivendo naquele contexto. O

artigo observa cidades afrodiáspóricas como Salvador e Rio de Janeiro, focando em desigualdades raciais no espaço urbano. Fizemos uma análise comparativa entre os distritos de Botafogo e a Rocinha, no Rio de Janeiro, e os subdistritos de Vitória e Pirajá, em Salvador. À primeira vista, essas localidades podem parecer não “conversar”, mas a partir do marcador das desigualdades raciais, conseguimos evidenciar dinâmicas muito semelhantes. Agradeço à revista Laje por ter aberto esse espaço e possibilitado que esse registro fosse feito.

Pedro Vitor Costa: Quero começar agradecendo a presença de todas e todos, aqui, e também ao Podcast Urbanidades pela oportunidade de participar dessa conversa. O texto que escrevi para o dossiê (COSTA; CAPILLÉ; MENDO, 2023) é um desdobramento do meu Trabalho Final de Graduação, iniciado por volta de 2018 e concluído em 2020, já no auge da pandemia de COVID-19. Esse processo foi atravessado por duas questões muito marcantes, para mim, naquele período. A primeira tem a ver com a minha experiência pessoal: eu nasci em Magé, uma cidade da Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e desde muito pequeno vivencio dificuldades de mobilidade. Sempre foi um desafio chegar ao colégio, depois ao ensino médio e, posteriormente, à universidade. Passei boa parte da vida lidando com os impactos dessa precariedade de deslocamento. A segunda questão tem relação com dois acontecimentos que me impactaram fortemente em 2020. O primeiro foi a notícia de que a primeira vítima fatal de Covid-19, no estado do Rio de Janeiro, havia sido uma trabalhadora doméstica, contaminada pela patroa que havia retornado de uma viagem à Itália. O terceiro fato foi o contexto político, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, que havia sido o único deputado a votar contra a PEC das Domésticas. Isso evidenciava uma situação de extrema vulnerabilidade e desvalorização dessas trabalhadoras.

Ao refletir sobre essas camadas, voltei meu olhar para Magé, cuja população havia, majoritariamente, votado em Bolsonaro nas eleições de 2018 e possuía uma realidade socioeconômica crítica: mais da metade da população da cidade era composta por trabalhadores informais, um dado ainda mais preocupante no contexto de precarização e retrocessos nas leis trabalhistas. Esses fatores me atravessaram de forma muito pessoal, já que sou filho, neto e tenho uma família majoritariamente composta por trabalhadoras domésticas. Por isso, decidi articular essas camadas no meu trabalho: a questão da mobilidade urbana, a localização periférica dos corpos negros e a realidade das trabalhadoras domésticas em um contexto metropolitano marcado por desigualdades históricas. Então, foi mais ou menos por aí que eu caminhei.

Tereza Spyer: Antes de fazer a próxima pergunta, eu vou pedir licença para mencionar dois casos emblemáticos, que têm relação direta com o trabalho de vocês. O primeiro caso é o que o Pedro já mencionou: a primeira vítima de Covid-19 era do estado do Rio de Janeiro e era empregada doméstica: Cleonice Gonçalves, uma mulher negra de 63 anos, que prestava serviço em um dos bairros cariocas mais “nobres”. A empregadora dela, cujo nome nunca foi divulgado — o que tem muito a ver com a força e os privilégios da branquitude — havia voltado da Itália e, mesmo com a suspeita de estar contaminada, manteve Cleonice em jornada normal. Cleonice trabalhava desde os 13 anos de idade e morava em Miguel Pereira, no centro-sul fluminense, percorrendo mais de 120 km, cerca de duas horas, para chegar ao seu local de trabalho, no Alto Leblon. Ela morava no trabalho durante a semana e, ao contrair a doença, foi “despachada” de táxi para Miguel Pereira e morreu no dia seguinte, em um hospital municipal, em 17 de março de 2020.

O segundo caso aconteceu em 2 de junho de 2020, quando Miguel Otávio Santana da Silva, um menino de 5 anos, caiu do nono andar do Edifício Pier Maurício de Nassau, um imóvel de luxo conhecido como Torres Gêmeas, no Cais de Santa Rita, em Recife. Ele foi deixado sozinho no elevador por Sari Corte Real, patroa da mãe dele, Mirtes, que havia sido obrigada a continuar trabalhando durante a pandemia. Há indícios de que ela e o filho foram contaminados pelos patrões, Sari e Sérgio Hacker, na época prefeito de Tamandaré. Sari foi condenada em primeira instância por abandono de incapaz, com pena de 8 anos e 2 meses de prisão, em um julgamento realizado em maio de 2022. No entanto, a defesa dela recorreu, e ela segue respondendo em liberdade. Além disso, Mirtes e a mãe dela, Marta Santana, que também era trabalhadora doméstica, eram pagas pela prefeitura de Tamandaré, o que levou o Ministério Público do Trabalho a reconhecer a existência de racismo estrutural, sexismo e exploração de classe. Em 2023, o Tribunal Superior do Trabalho condenou os ex-patrões a pagarem R\$ 386 mil por danos morais coletivos.

A partir desses dois casos, dá para ver, claramente, como o racismo ainda estrutura as relações sociais e as cidades no Brasil. Então, eu gostaria de perguntar para vocês, parafraseando o texto do Diosmar: como é possível desafiar os ganhos do racismo como direito ancestral das elites brancas nas sociedades brasileiras?

Denilson Araújo de Oliveira: Obrigado pelas questões, Teresa. São questões bastante complexas e importantes para enfrentarmos em nossa sociedade, especialmente porque, durante muito tempo, ela abdicou de discutir a questão racial de forma profunda. Eu acho que a sua fala traz vários elementos fundamentais para pensarmos as nossas

idades. O primeiro deles, ao apresentar os casos das primeiras vítimas da Covid-19, evidencia o que o Jorge Luiz Barbosa chama de “distinções corpóreo-territoriais de direitos” (e.g. BARBOSA, 2023). Ou seja, essas distinções mostram o quanto a nossa sociedade foi estruturada pelo racismo, interseccionado com múltiplas outras formas de opressão. O contexto da pandemia deixou ainda mais claro um elemento que os movimentos sociais vêm denunciando há décadas, e alguns há séculos, como o movimento negro: o contrato racial de dominação nunca foi verdadeiramente eliminado. O que se produziu foi uma falsa abolição, onde alguns grupos, estruturados por privilégios e vantagens econômicas, usurpam o Estado para benefício próprio e definem quem merece viver dignamente.

Os casos que você apresentou, Teresa, também ilustram o que Judith Butler (2018) descreve quando fala sobre vidas negras que não são consideradas dignas de serem vividas e cujas mortes não são passíveis de luto. A pandemia evidenciou ainda mais essa lógica, mas também revelou como as lutas negras apontam para novos horizontes de sociedade. Vimos, durante esse período, diferentes experiências de moradores de favelas, majoritariamente negros, organizando redes de solidariedade e formas de autoajuda, politizando a necessidade de racializar os dados das mortes por Covid-19 e questionando as formas de atuação do Estado. Mesmo com a ADPF 635, que determinava a suspensão das operações policiais em favelas durante a pandemia,³ vimos como essa determinação foi dura e vastamente desrespeitada.

Considero essencial pensar como as lutas negras não apenas denunciam uma cidade estruturada pelo racismo, mas também propõem outros projetos de sociedade. E é exatamente isso que o hip-hop me ajuda a compreender sobre as cidades brasileiras na diáspora.

Diosmar Marcelino de Santana Filho: Pegando o “gancho” desse diálogo, especialmente sobre o caso que o Pedro trouxe e Teresa mencionou, isso me faz lembrar de um

³ N.E. — A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, conhecida como “ADPF das Favelas”, é uma ação ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, com o objetivo de conter a letalidade policial excessiva no Estado do Rio de Janeiro, especialmente em comunidades vulnerabilizadas, equilibrando políticas de segurança pública e direitos fundamentais. A ação contou com amplo apoio de movimentos negros, de mães e familiares de vítimas e de organizações da sociedade civil. O STF determinou, entre outras medidas, restrições às operações policiais durante a pandemia de Covid-19. Em decisões mais recentes (abril de 2025), o Tribunal reforçou mecanismos de controle e transparência das ações policiais, sem proibir operações, estabelecendo a obrigatoriedade de câmeras em viaturas e uniformes, o fortalecimento do papel do Ministério Público na investigação de mortes decorrentes de intervenção policial, a exigência de ambulâncias em operações de alto risco, a oferta de apoio psicológico a policiais envolvidos em incidentes críticos e a elaboração de planos de reocupação territorial de áreas sob domínio do crime, com controle judicial posterior e observância dos princípios da proporcionalidade e da legalidade. Nada disso impediu, como sabemos, a chacina de 28 de outubro de 2025, quando a operação policial contra o Comando Vermelho tornou-se a mais letal já registrada no país, com a morte de pelo menos 120 pessoas.

episódio muito parecido ocorrido aqui na Bahia: o primeiro óbito por coronavírus registrado no estado, em 6 de março de 2020, que está diretamente ligado ao contexto de desigualdade estrutural.

A Emanuelle, que escreveu o texto conosco, trouxe uma base importante de conhecimento que dialoga bastante com o conceito de “espaço criminalizado”, trabalhado pelo Andrelino Campos (2005). Essa abordagem reflete o que acontece nas favelas do Rio de Janeiro, onde o racismo estrutural se manifesta nas dinâmicas de exclusão e na forma como o Estado intervém, algo que se repete em diversas periferias de Salvador. Existe um projeto de cidade que apaga a memória de quilombos e, ao mesmo tempo, empurra a favela para o centro da exclusão e da desigualdade. E, ainda assim, nós, habitantes desses territórios, seguimos buscando ressignificar esses espaços e resistir.

Há também uma memória coletiva sobre pandemias e endemias no século XXI que parece ser sistematicamente apagada. As crises se acumulam, mas a sociedade não encara, de fato, essas realidades. Isso está diretamente ligado à forma como as cidades foram organizadas historicamente, estruturadas pelo racismo. A própria Lélia Gonzalez (1988), que citamos no artigo, já trabalhava essa ideia no conceito de racismo por denegação, que se refere ao apagamento do Outro nos processos históricos e sociais. Essa reflexão é parte do conhecimento produzido por nós, população negra, especialmente ao longo do século 20. Se voltarmos a crises anteriores, como a gripe aviária, no início dos anos 2000, o Brasil atravessou aquele momento com alguma estrutura — havia remédios, campanhas públicas de saúde, um contexto mais favorável. Mas, logo depois, tivemos a zika, a chikungunya e outras doenças que impactaram de forma brutal as periferias de cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Manaus e Macapá, onde a maioria da população é negra. E o que aconteceu? Essas crises foram esquecidas. Quase ninguém fala sobre o impacto real delas nesses territórios. Quando a Covid-19 chegou, o que vimos foi um cenário de desestruturação total do país. Mesmo aqueles que não faziam parte de um governo negacionista, muitas vezes, não agiram de forma tão diferente ao lidar com a pandemia. Só de pensar que, durante a pandemia, todos os estudos indicavam que o Brasil nem sequer teria Carnaval em 2020, e, mesmo assim, houve uma mobilização para garantir o evento e, só depois, para superar a pandemia, isso já diz muito sobre as prioridades e desigualdades do país.

Essas histórias de mulheres assassinadas, de trabalhadores explorados, revelam uma realidade mais profunda. Eu sempre digo que a maior revolução possível no campo do trabalho no Brasil seria o dia em que o trabalho doméstico parasse. Mas o trabalho doméstico não se resume a uma mulher que vai limpar a casa de alguém. Ele envolve a

enorme quantidade de homens e mulheres que se deslocam todos os dias para fazer as cidades funcionarem. As cidades dependem desse trabalho, dessa exploração. É esse campo de desigualdades que estamos analisando no estudo, buscando entender a estruturação das cidades e como isso impactou as respostas à pandemia. Queremos refletir, por exemplo, sobre como se decidiu onde instalar hospitais temporários para atender à complexidade da Covid-19. Por que determinados bairros foram priorizados e outros negligenciados? Por que alguns desses serviços foram rapidamente desmontados, mesmo em áreas de extrema vulnerabilidade? Esse processo de exclusão está diretamente ligado à história do trabalho no Brasil, que carrega as marcas da escravidão. É a memória de que aqueles que limpam as latrinas ou realizam os serviços mais precarizados não têm direito à humanidade plena.

Foi isso que buscamos refletir no texto, explorando os conceitos de amefricanidade e espaço criminalizado (CAMPOS, 2005; GONZALEZ, 1988), para pensar criticamente o que significa analisar territórios negros em um contexto como o da pandemia. Fizemos esse mapeamento, documentamos essa memória, mas a forma como saímos desse período é tão violenta quanto o que vivemos. Hoje, parece que a sociedade quer esquecer o que aconteceu. Se uma nova pandemia ocorresse agora, o Estado, mais uma vez, não estaria pronto para responder de forma adequada.

Pedro Vitor Costa: No meu trabalho, eu me volto mais para uma leitura territorial, focando em uma disputa de território, que é o que se evidencia com mais força ao longo da pesquisa. Essa divisão, essa grande herança da escravidão, está presente nos fluxos urbanos de forma muito clara. Um dos pontos que eu destaco, na pesquisa, e que deixa isso evidente, é o fato de que, de toda a população de trabalhadoras domésticas, cerca de 70% são mulheres se autodeclarando negras ou pardas. Essas mulheres não apenas ocupam territórios específicos com seus corpos, mas também lidam com o fato de trabalharem em espaços domésticos, o que adiciona mais uma camada a essa problemática histórica.

Na minha metodologia, escolhi me concentrar em um grupo reduzido, mas significativo, de oito trabalhadoras domésticas, entre elas minha avó, minha mãe e minhas tias. Optei por focar nesse grupo menor para entender com mais profundidade suas vivências, em vez de trabalhar apenas com dados estatísticos mais amplos. Meu objetivo era investigar as semelhanças e diferenças entre as trajetórias dessas mulheres. Uma semelhança entre elas que emergiu foi o tempo gasto em deslocamento: todas moravam em Magé, na Baixada Fluminense, e trabalhavam na Zona Sul do Rio de Janeiro, a região mais abastada da cidade. Elas gastavam, em média, de 2 horas e meia a 4 horas diárias no

trajeto entre casa e trabalho. Isso significa que, ao longo de 25 anos de trabalho, cerca de 4 anos inteiros de suas vidas foram passados dentro de um ônibus. E o que isso realmente significa? O que implica para um corpo passar quatro anos de sua vida em trânsito, no deslocamento entre casa e trabalho? É ainda mais impactante quando penso que, dessas oito mulheres, seis tinham o desejo de concluir uma graduação, de acessar o ensino superior. Curiosamente, esses quatro anos dentro do ônibus correspondem ao tempo necessário para concluir muitos dos cursos que elas tanto almejavam. Aqui, o tempo de vida e o tempo do corpo surgem como camadas em disputa, consumidas por um território marcado por uma estrutura colonial de longa data. A história da mobilidade dessas mulheres, desde o momento em que suas famílias chegaram a Magé até o início de suas trajetórias como trabalhadoras domésticas, revela um corpo em constante diáspora. E essas diásporas são resultado direto da divisão da terra, onde o acesso ao território e a mobilidade sempre foram controlados pelas elites brancas que historicamente dominaram esse espaço.

A pesquisa busca compreender, então, como essa estrutura colonial ainda se manifesta e se perpetua no território, definindo quem tem acesso ao espaço e ao tempo. Vivemos uma divisão de território muito clara: quem mora no morro, quem mora embaixo, quem mora perto da praia, do parque ou do lixão. Toda essa organização espacial é guiada e estruturada por uma história colonial que ainda se perpetua, refletida no cotidiano. É um problema que se percebe tanto em uma escala macro, histórica, de séculos, quanto em uma escala micro, nas 24 horas de um único dia. O corpo da trabalhadora doméstica é um exemplo nítido disso. Ela passa cerca de quatro horas do seu dia dentro de um ônibus, em filas, em trens, lidando com as dificuldades da mobilidade. E esse sistema de mobilidade pública, majoritariamente utilizado por populações periféricas, também está entre os mais negligenciados pelo poder público. A precariedade desse sistema é visível, refletida na ineficiência programada do transporte coletivo, o que afeta diretamente a vida dessas pessoas, dificultando o acesso à educação, à cultura, à saúde de qualidade e, em última instância, limitando suas oportunidades de transformação social.

Quando a Tereza pergunta como desafiar os ganhos do racismo como direito ancestral das elites brancas, eu penso que, ao olhar para o território, o primeiro passo é identificar essas sequelas do colonialismo, como é essa estrutura da mobilidade urbana. Para parte da população, o sistema de mobilidade é apenas um meio de deslocamento, mas, para outra parcela, é uma questão de sobrevivência. Para as trabalhadoras domésticas

que entrevistei, por exemplo, o tempo diário se divide entre três espaços: o espaço doméstico de suas próprias casas, o trajeto nos ônibus e trens e o espaço de trabalho, a casa da patroa. O tempo que elas passam no espaço público é, na verdade, o tempo que gastam em deslocamento, imersas em um sistema de mobilidade exaustivo e limitante. Isso me faz pensar que o sistema de mobilidade não deve ser visto apenas como um desenho técnico de fluxo, mas como um território de disputa política e de transformação social. O tempo de trânsito dessas mulheres é, muitas vezes, o maior momento de troca política a que elas têm acesso em seu cotidiano. Então, talvez, repensar e reestruturar esse sistema de mobilidade, considerando sua potência para transformar a vida dessas populações periféricas, seja um caminho para começarmos a desafiar, de forma concreta e urbanística, os ganhos obtidos pelo racismo urbanisticamente.

Tereza Spyer: Seguindo com a reflexão, os três textos deixam evidente o quanto ainda precisamos questionar os esquemas de casa-grande e senzala e a divisão centro-periferia. Os espaços construídos continuam materializando e naturalizando relações de domínio e poder. Os espaços físicos foram e seguem sendo estruturados por lógicas patriarcais e brancas que impõem camadas segregacionistas. No texto do Pedro (COSTA, op. cit.), isso fica particularmente evidente, com a senzala disfarçada de área de serviço e, dentro desse espaço, a organização dos cômodos — cozinha, lavanderia, quarto e banheiro de serviço — reafirmando a hierarquia e a segregação. Ele finaliza o ensaio falando sobre *hackear* as arquiteturas do espaço metropolitano contemporâneo, e percebo que, no finalzinho da sua última resposta, você já tocou um pouco nesse ponto. Portanto, a pergunta que faço agora para vocês três é: que estratégias têm sido desenvolvidas, no Brasil, para *hackear* essas arquiteturas do espaço metropolitano e para enfrentar as dinâmicas de casa-grande e senzala, centro e periferia?

Denilson Araújo de Oliveira: Ótima questão! Ela me faz lembrar um debate que ocorreu em África, trazido pelo Achille Mbembe ([2006] 2020). Mbembe destacava a importância de problematizar as heranças coloniais, presentes nos nomes de ruas, estátuas e bustos. Se olharmos para o contexto da diáspora, especialmente aqui no Brasil, nunca fizemos um enterro simbólico do colonialismo. Como já apontaram os Racionais MC's, quem matou muitos negros acabou ganhando medalhas, nomes de ruas, praças, escolas, bairros — virou busto, virou estátua. Essa espacialização da dominação racial escancarou o papel do Estado na gestão do território, evidenciando o que podemos chamar de uma gestão racista do espaço.

Hoje, o que temos visto, especialmente através dos movimentos de mulheres — em especial, mães de vítimas da violência do Estado —, é a necessidade de questionar essas

grafias espaciais — falo disso lembrando do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), quando falava sobre essas “geo-grafias”. Essas mães, ao reivindicarem a troca dos nomes das ruas para homenagear seus filhos assassinados pelo Estado, estão justamente questionando a exaltação histórica de figuras que violentaram, estupraram e mataram pessoas negras, mas foram imortalizadas em espaços públicos. O que se coloca, então, é a necessidade de uma ruptura total com essa lógica de Estado estruturada pelo colonialismo. A descolonização implica reconhecer que ainda reproduzimos cidades baseadas em bens oligárquicos, com hegemonia racial e econômica — bens e espaços para poucos, de uma elite branca. O uso do espaço, portanto, ainda está marcado por critérios raciais.

No Rio de Janeiro, por exemplo, isso se evidencia nos verões, quando a presença de jovens negros nas praias das áreas ricas é tratada como questão de segurança pública e, por vezes, até de segurança nacional. Assim, ao reivindicarem essas geo-grafias negras, essas mulheres estão reinventando o espaço e criando lugares de memória que rompem com o contrato racial de dominação nunca verdadeiramente abolido. Esses territórios negros, como os espaços de luta e encontro formados pelos bailes e pelas ações políticas da juventude negra, são mais do que resistência. Eles também são espaços terapêuticos e de fortalecimento da identidade negra. Observar e valorizar essas experiências nos permite imaginar outro projeto de cidade

Diosmar Marcelino de Santana Filho: Bom, eu vou seguir nessa linha do que nós estamos falando sobre *hackear*, a partir da ideia de que buscamos, com os estudos, fazer um mapeamento ou uma geografia da realidade, baseada no que nós construímos. Mas há algo em que nós precisamos avançar. Quando fazemos esse tipo de estudo para mapear uma realidade estrutural, a pergunta que surge é: e depois? O que nós apresentamos?

Eu acredito que a população negra, nas cidades diaspóricas, atua como “quilombista”, no sentido de uma prática geográfica de resistência. Eu acredito que nós, enquanto população negra, criamos formas e estamos ordenando o espaço há séculos no Brasil. Se pegarmos, por exemplo, os estudos sobre como se formaram os terreiros de candomblé, em Salvador, no ano de 2008 eram cerca de 1400, enquanto, hoje, esse número gira em torno de 2.000 terreiros. Já na região metropolitana de Salvador, esse número se aproxima de 10.000 terreiros. Se olharmos para esse mapeamento e para a história que construímos ao longo dos últimos 100 anos, num contexto de racismo estrutural, veremos que a estrutura de poder ainda pouco mudou. No entanto, eu acredito que nós, enquanto população negra no Brasil, também seguimos produzindo novas formas de

existência e resistência. A ideia do consumo e da economia faz com que nós continuemos presos em uma lógica colonial que nunca foi desmontada. É impossível olhar para uma cidade como Salvador ou Rio de Janeiro, onde a maioria da população é negra, e não perceber que algo novo está em curso. Eu não acredito que nós tenhamos que nos assimilar a essas estruturas postas. Pelo contrário, acredito que estamos sempre oferecendo novas formas de existir e habitar. Desde os quilombos, os terreiros, os blocos afro, as escolas de samba, até as comunidades de hip-hop — tudo isso são formas de ordenar o espaço e resistir.

Enquanto ouvia a fala do Pedro, fiquei pensando sobre como os estudos, os centros e conselhos em Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, não querem mudar as estruturas. Quando fazem um apartamento de 60 m², a primeira solução pensada por muitos arquitetos ainda é um banheiro separado para a empregada doméstica. Esse modelo colonial de segregação, que foi naturalizado, se repete, hoje, em torres de 20 ou 30 andares, com o elevador de serviço e o banheiro de serviço, reafirmando a lógica da casa-grande e da senzala — e Beatriz Nascimento (2021) já falava sobre a presença do Outro nas cidades e como essas lógicas se perpetuam. Mas se olharmos para as arquiteturas que a população negra constrói nas periferias, vemos que existem outras formas de habitar e organizar o espaço. A grande questão é: nós vamos continuar alimentando esses espaços com a nossa corporeidade e o nosso trabalho ou vamos conseguir acreditar que as periferias podem, sim, surgir como espaços de vida, sem a necessidade de continuar servindo aos centros?

Esses são desafios complexos. Eu não acho que vamos *hackear* nada disso. Eu acredito que a população negra tem uma resistência muito forte a esse processo. Colaborando um pouco com o que foi dito, acho que a descolonização que nós propomos não passa por uma assimilação. Não vejo que nós, enquanto povo negro, estamos nos assimilando a essas estruturas. Teoricamente, pode até parecer que sim, mas, na prática, a população negra resiste. Resiste a partir das periferias, das favelas, ou de qualquer outro território onde se coloca em confronto com esse modelo, questionando o momento em que de fato faremos parte de um novo mundo. É nesse sentido que eu gostaria de reforçar a ideia de que nós, sim, transformamos as cidades.

Tereza Spyer: Nossa, eu gostei muito da sua provocação! E, passando a palavra para o Pedro: você acha que os arquitetos, no Brasil, continuam projetando apartamentos de 60 m² com banheiro de empregada? Até mesmo em apartamentos minúsculos nas grandes cidades, a arquitetura no Brasil segue reproduzindo esse padrão?

Pedro Vitor Costa: Com certeza, eu vou concordar plenamente com o Diosmar. Seguímos, sim, na Arquitetura, sendo um campo ainda ocupado por uma população muito branca, por uma população muito embranquecida. Ainda é um campo muito disputado por mercados fortíssimos, como o mercado imobiliário, que historicamente são dominados e organizados por essa estrutura colonial, de roubo e de saqueamento da terra. Eu também concordo com o Diosmar, com essa necessidade de pensar sobre esse *hackeamento*. Como eu vejo na minha pesquisa, a população negra e a cultura negra em si sobreviveram, sobrevivem e se fortalecem muito pelas brechas. Elas foram obrigadas a *hackear* os espaços, há séculos, como uma maneira de sobreviver e de se fortalecer também. Quando nós somos colocados diante de um sistema pelo qual somos completamente excluídos, somos realmente eliminados — não só silenciados, mas eliminados mesmo, tendo os corpos mortos — nós somos obrigados a *hackear* esses espaços para conseguir sobreviver. Eu concordo com o Diosmar que a cultura negra e a população negra já *hackeiam* há muito tempo — a música, a dança, os espaços. Nós devemos grande parte da força cultural brasileira a esse *hackeamento*. Então, eu acho que agora estamos diante de uma grande questão: como esse *hackeamento* pode deixar de ser apenas uma estratégia de sobrevivência para realmente transformar e subverter todas essas estruturas? Como conseguimos não apenas modificar, mas mudar a estrutura? Não se trata, apenas, de abrir um espacinho, uma brecha — é sobre destruir toda a estrutura — acho que essa é a grande questão para refletirmos. Há muitas pessoas trabalhando para avançar nessa lógica, mas, inevitavelmente, ela parte de pequenas aberturas, de brechas que, aos poucos, permitem a passagem, até que a estrutura inteira comece a se deslocar. Ou pode acontecer um grande evento que destrua esse muro de uma vez só.

Nesse sentido, eu acho que a fala do Denilson traz questões muito importantes. Um exemplo estratégico que tem se desenvolvido no Brasil são as batalhas de rap. Elas são uma forma potente de corpos negros conseguirem furar tanto o espaço quanto a cultura, atravessando diversas camadas. Você leva ali uma musicalidade essencialmente preta, que aborda temas importantes e contestadores, ocupando espaços que, em teoria, seriam considerados periféricos. Essas batalhas transformam os lugares. Um exemplo: eu estudei durante quatro anos o Centro Cultural do Viaduto de Realengo. Esse viaduto foi construído durante o período de preparação da cidade para os megaeven- tos — os Jogos Olímpicos e tudo mais —, por cima de uma rua, em Realengo, onde os jovens costumavam brincar, fazer batalhas de rap, essas coisas. Quando o viaduto foi

construído, esses jovens foram afastados dali por um tempo. Depois que a obra terminou, aquele lugar virou um resquício, uma brecha — um espaço escuro, considerado perigoso pela população, que começou a evitar o local. Foi então que um grupo de jovens falou: “Já que ninguém quer esse espaço, nós vamos ocupar.” E começaram a organizar batalhas de rap. Esse grupo ficou conhecido como Black Sound System, um movimento de jovens negros, foi crescendo e, de repente, um espaço que havia se tornado um vazio urbano, fruto de um projeto que não pensava no bairro de Realengo e não se preocupava se havia oferta de espaços culturais, foi transformado. Realengo é um bairro que não tem tantos equipamentos formais de cultura — falo daqueles oferecidos pelo Estado, como centros culturais ou teatros. Então, esses jovens foram lá e falaram: “Já que ninguém quer esse espaço, nós vamos fazer dele um grande palco de música. E toda quinta-feira vai ter espetáculo para a juventude.” E conseguiram transformar o espaço.

Acho que esse é um grande exemplo, um caso que muitos arquitetos e urbanistas deveriam estudar e dizer: “Me ensinem, me mostrem como se faz isso.” Porque o *hackeamento* é uma prática que a população negra já desenvolve há muito tempo, que caminha junto com a necessidade de forças maiores de reversão e subversão total da estrutura — uma mudança que vai além desses hackeamentos.

Tereza Spyer: Obrigada pela resposta. Continuando com as perguntas: olhando para o cenário latino-americano na última década, nós vemos a ascensão de movimentos de extrema direita que têm se valido de instrumentos da chamada “guerra cultural”. No caso brasileiro, os temas mais candentes estão ligados a educação, sexualidade, direitos das mulheres, segurança e saúde públicas e meio ambiente, entre outros. Com relação à educação, há uma forte reação às políticas afirmativas, com o movimento Escola Sem Partido, a defesa do *homeschooling* e a acusação de “marxismo cultural”.

Sobre esse último ponto: Denilson, no seu ensaio (OLIVEIRA, op. cit.), você afirma que está ocorrendo um processo de branqueamento do hip-hop por meio de rappers de direita. Confesso que eu não conhecia esse fenômeno antes de ler seu texto, o que só mostra como nós ainda vivemos em bolhas... Você descreve esse fenômeno como uma “metástase dos antigos capitães do mato”, referindo-se a esses rappers que afirmam lutar contra o chamado “marxismo cultural”. Nas suas palavras, o rap, que originalmente emergiu como um canal de expressão da população negra e de grupos subalternizados, passou, com essa apropriação por grupos políticos de direita e extrema direita, a ser usado na defesa de valores racistas e elitistas. Como lutar contra essa apropriação

cultural, inclusive de pautas e movimentos históricos antirracistas, em um contexto tão complexo como o que vivemos?

Denilson Araújo de Oliveira: Pergunta difícil, mas vou tentar oferecer alguns elementos para conversarmos... O Albert Hirschman ([1991] 1992), cientista político que analisou o período pós-adoção das ações afirmativas nos Estados Unidos, descreveu o que chamou de “retórica da intransigência”. E o que seria isso? Basicamente, um discurso, majoritariamente de grupos conservadores, voltado a combater as ações afirmativas. Ele aponta três teses centrais nessa retórica. A primeira é a tese da futilidade, que defende que as ações afirmativas não geram nenhum efeito real. É aquele discurso do “é mi-mi-mi” e do “é vitimismo”. E nós vemos muito isso com a ascensão da extrema direita: a luta das mulheres “é mi-mi-mi”, a luta do movimento negro “é vitimismo”. A segunda é a tese da perversidade, que diz que, ao falarmos sobre racismo, nós é que estaríamos sendo racistas. Ou seja, o racismo não existiria até o momento em que ele fosse apontado. Falar sobre racismo, então, segundo esse argumento, criaria o racismo. E, portanto, a solução, segundo essa lógica, seria não falar sobre o tema, como se o racismo desaparecesse simplesmente ignorando o problema. A terceira tese é a da ameaça, que afirma que discutir a questão racial ameaça a “democracia racial” e o mito do “povo cordial”, ideias propagadas por uma elite intelectual dos anos 30 e 40, com Gilberto Freyre sendo um dos principais nomes, no Brasil. Essa ideologia dissimula e tenta eliminar a percepção da violência estrutural presente na nossa sociedade.

O problema é que essa retórica ainda é muito forte, inclusive em parte dos meios acadêmicos. E o mais grave: ela não está restrita apenas à direita. Também se manifesta em certos setores da esquerda. Vamos encontrar muitos militantes de esquerda também desmerecendo a questão racial. Isso nos faz refletir sobre como a nossa sociedade e o contexto neoliberal são marcados por estruturas parasitárias. O que eu quero dizer com isso? Essas estruturas parasitárias buscam criar a ideia de como combater o avanço dos direitos sociais, o avanço do movimento negro, do movimento LGBTQIAP+, do movimento de mulheres. E fazem isso de uma forma específica: fazendo com que um oprimido passe a odiar outro oprimido e a amar ardorosamente o opressor. Essa lógica se conecta com a necessidade de se apropriar dessas lutas. Tomam as pautas do movimento negro, das mulheres, do movimento LGBTQIAP+ para, depois, quando essas pautas forem exauridas ou descontextualizadas, redirecioná-las a uma outra lógica.

Um exemplo recente e extremamente perverso disso, que vimos no auge da pandemia, foi o dos grupos negacionistas que se apropriaram do lema feminista “meu corpo, mi-

nhas regras" — originalmente afirmativo e emancipatório no enfrentamento ao patriarcado — para justificar a recusa à vacinação, esvaziando seu sentido original. O mesmo ocorre no rap de direita e de extrema direita, em que vemos essa apropriação parasitária. O que está por trás disso? A reprodução de um auto-ódio no qual o oprimido rejeita sua própria identidade. É um caso de "eu não me vejo como negro e quero odiar o negro", porque, em uma sociedade como a nossa, tudo associado à negritude é visto como ruim. Quem gostaria de se identificar com o que é visto como ruim? Esse auto-ódio acaba atacando o próprio movimento negro. E vemos isso emergir até mesmo no hip-hop, de forma profundamente contraditória, o que revela como a nossa sociedade ainda não apenas preserva os valores escravistas e coloniais, mas continua produzindo esse ciclo, em que o oprimido odeia outro oprimido enquanto ama o opressor

Tereza Spyer: Nós estamos caminhando para o fim do nosso podcast e, para encerrar, eu queria fazer uma última pergunta. Em maio de 2024, nós acompanhamos a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul. Esse estado é o segundo mais branco do país, mas também o estado com o maior número de terreiros do Brasil, sendo 2/3 de terreiros de umbanda e 1/3 de candomblé — e pouca gente sabe desse dado. Durante a cobertura do desastre, vários meios divulgaram que, em Pelotas, um condomínio de luxo havia instalado um sistema clandestino de drenagem de água, que estava sendo despejada em uma área vizinha. Essa área é um reduto histórico da comunidade negra da cidade, o Passo dos Negros. Segundo a deputada federal Daiana Santos, do PCdoB do Rio Grande do Sul, esse caso é um exemplo claro de como o racismo ambiental se faz presente na vida das pessoas. Valendo-me aqui de expressões e conceitos que você traz em seus estudos, Denilson, eu creio que há um risco grande de que a reconstrução do Rio Grande do Sul, após essa tragédia, seja pautada por um processo de branqueamento da paisagem e do território, via gentrificação urbana, o que pode aprofundar ainda mais as desigualdades entre as elites e os grupos racializados e subalternizados. Como vocês percebem esse cenário, digamos, "pós-apocalíptico", pós-tragédia no Rio Grande do Sul, e as propostas de sua reconstrução, principalmente no que diz respeito à questão racial?

Denilson Araújo de Oliveira: Eu acho que o primeiro ponto que a sua pergunta nos provoca a pensar é o que eu tenho chamado de "geografia dos afetos" (OLIVEIRA, 2022). O que eu quero dizer com isso? A geografia dos afetos é a reflexão sobre quais espaços geram comoção social e quais não geram. Quais corpos despertam empatia e quais não. Quem pode morrer e quem deve viver? Ela produz alguns espaços como indiferentes, com seres considerados incivilizados e que, portanto, não vão despertar algum

tipo de ação do Estado. Passamos a perceber, como nossos estudos têm demonstrado — não só nessa análise que apresentamos no texto, mas também nos trabalhos desenvolvidos pelo nosso grupo de pesquisa NEGRA, o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora —, o quanto as cidades têm sido marcadas por uma gestão racista do espaço, que define quem será alvo de políticas que garantam uma vida qualificada e quais localidades não terão acesso a esses direitos. Nós vemos, então, a espacialização de um Estado de direitos para alguns e um Estado de exceção para outros. Ao mesmo tempo, essa é uma das dimensões do que tem sido chamada de racismo ambiental, uma luta que o movimento negro vem travando há mais de 50 anos.

Diosmar Marcelino de Santana Filho: Sob um ponto de vista técnico e científico, quando nós falamos em racismo ambiental, é fundamental entender como a racialidade se expressa nas políticas públicas, especialmente nas políticas ambientais no Brasil. É preciso falar disso de forma mais concreta, mais materializada, porque, do contrário, o racismo ambiental parece algo etéreo, distante, como se estivesse fora da agenda racial do país — e não está. Esse é um campo sobre o qual nós estamos escrevendo desde 2008. E, nos últimos quatro anos, com a Associação de Pesquisa Iyaleta, nós inauguramos um ciclo de estudos sobre desigualdades e mudanças climáticas, com foco nas capitais das regiões Norte e Nordeste do Brasil. O objetivo é investigar como o ordenamento do território, considerando a população negra, revela desigualdades e como os impactos ambientais afetam de forma diferenciada esses territórios. O racismo e o sexismo estruturam o ordenamento territorial e antecipam uma desigualdade prévia aos eventos climáticos. E por que estou trazendo isso? Porque, ao longo dessa pesquisa, que eu estou liderando junto com outras pesquisadoras da associação, nós acumulamos uma base significativa de dados e, ao observarmos a política climática atual no Brasil, alertamos para essas desigualdades preexistentes nas cidades brasileiras, que precisam ser consideradas no enfrentamento das mudanças climáticas.

O caso da tragédia no Rio Grande do Sul evidencia isso. Estamos falando de um dos territórios com os maiores grupos de estudos em clima, engenharia, infraestrutura e drenagem do país, e, ainda assim, as consequências desiguais atingem, de forma mais grave, populações racializadas e vulnerabilizadas. Se esse evento não tivesse acontecido no Rio Grande do Sul, se você não analisasse os dados nacionais sobre defesa civil, infraestrutura e material humano disponível, poderia pensar não ser possível gerenciar uma tragédia climática. Mas saiba que os melhores dados de infraestrutura, conhecimento e recursos, no Brasil, são justamente os do Rio Grande do Sul.

O que está acontecendo, atualmente, em Porto Alegre é um apagamento da história da presença negra na cidade, resultado de uma violação e de uma desigualdade profundamente estabelecidas. Porto Alegre possui uma experiência importante de quilombos urbanos, algo pouco conhecido no Brasil, com titulações e insurgências negras urbanas no município — como não se vê, com essa intensidade, nem no Sudeste, nem em Salvador, por exemplo. E, de repente, diante dessa realidade de racismo, exclusão e desigualdade, surge uma agenda climática em discussão. No entanto, essa agenda, da forma como tem sido conduzida e com as soluções propostas, tende a ignorar essa realidade preexistente. As propostas não partem de uma perspectiva que considere quem era visto como humano e quem não era antes do evento climático extremo. A sensibilidade e a comoção atuais parecem ligadas ao que foi fotografado. Como eu costumo dizer, a tragédia tem sido registrada pelas perdas materiais — as estruturas da cidade, os prédios, os carros. Diferente do que costuma ocorrer em casos de seca no Nordeste, onde o foco das imagens está nos rostos, nas vidas das pessoas, apresentadas como pobres, miseráveis, flagelados, pedindo ajuda. Então, o que se espera desse processo? É uma disputa real. Porque o que já está acontecendo — e tende a continuar — é a ampliação das desigualdades prévias ao evento climático. Primeiramente, foi o aumento das chuvas. Em seguida, ainda veremos secas extremas no Rio Grande do Sul este ano. E, ao olharmos para esse histórico, percebemos que sequer há registros sobre como a população negra de Porto Alegre sobreviveu a eventos climáticos anteriores, como geadas ou secas prolongadas. Não existem dados sobre como essa população era tratada antes dessa tragédia, embora eventos de frio extremo, secas e calor prolongado já fizessem parte da história da cidade. Os impactos sobre a vida da população negra já eram profundos antes desse grande evento, mas não eram estudados, falados ou externalizados. Agora, esses impactos estão sendo expostos, mas a infraestrutura existente é racializada e será foco de uma disputa intensa, o que afetará de forma muito dura a população negra.

Quando penso no Rio Grande do Sul, lembro que, há dois anos, o Nordeste também foi alagado: Recife. E também a região metropolitana de Belo Horizonte, o Sertão de Minas Gerais e o extremo sul da Bahia ficaram submersos. No entanto, ninguém sabe, hoje, qual é a situação real da população de cidades como Ilhéus e Itabuna, que foram tomadas pelas águas. Os impactos seguiram invisibilizados. Existe, sim, uma grande comoção nacional pelo que aconteceu no Rio Grande do Sul, mas isso está relacionado ao fato de ser uma região majoritariamente branca. O mapa demográfico do Brasil

aponta um sul branco, e vivemos em um país que não tem vergonha de matar a população negra, mas tem vergonha de ver a população branca em condição de vulnerabilidade.

Nossos estudos na Associação de Pesquisa Iyaleta, sobre adaptação climática e políticas públicas, já vêm alertando para esse debate há quatro anos, buscando compreender como estruturar políticas que enfrentem as desigualdades raciais. O Brasil está discutindo a adaptação climática como uma grande política nacional, e a geografia e o urbanismo do país sofrerão grandes mudanças nas próximas décadas, impactados por essas discussões globais. Temos que saber se essas transformações urbanas eliminarão as desigualdades prévias — raciais, de gênero, homofóbicas — ou irão mantê-las e até aprofundá-las. Cabe a nós, por meio de nossos estudos e incidências, atuar para que essas desigualdades sejam de fato enfrentadas e eliminadas.

Pedro Vitor Costa: Nesse momento, em outras territorialidades, o mesmo problema se repete: o racismo estruturado no espaço, na cultura e no pensamento intelectual, presente em tantas outras cidades do Brasil. Quando ocorre uma tragédia como a do Rio Grande do Sul, essa estrutura já existia antes, não é algo que surge com a enchente. É uma estrutura construída ao longo de séculos, de muitos séculos.

Eu trabalho com o conceito de “violência lenta” do pesquisador Rob Nixon (2011), que se manifesta em uma escala de tempo muito mais longa. É uma violência que se observa ao longo de séculos. Desde o momento em que, por exemplo, um rio é transformado em esgoto. O que um rio significa para outras culturas, não ocidentais? O que significa um rio para uma população indígena? Para uma população quilombola? E o que significa transformar esse rio em esgoto? Reduzir o rio, quebrar essas relações? Esse processo de desencantamento do território, da terra, dos outros seres, se desenrola ao longo de muitos anos e se revela da forma mais cruel em situações como essa. Mas a catástrofe não está apenas na enchente: ela está enraizada em um espaço e em um sistema colonial que persiste. Enquanto esse sistema não for quebrado, o problema vai muito além da questão climática ou ambiental, transbordando para o campo cultural e social. É, acima de tudo, uma catástrofe social. Então o que precisamos é mais do que preparar as cidades para uma catástrofe climática. É desestruturar os sistemas coloniais das cidades, porque isso vai ajudar e muito a população a sobreviver e a lidar com essas mudanças — e, na verdade, de certa maneira, conseguir resistir a essas mudanças.

Muito se fala sobre o Antropoceno, é uma palavra que está muito em alta. Como estamos falando disso? A ideia de Antropoceno dá a entender que todos os humanos são

culpados por tudo que está acontecendo, quando uma pequena parte dessa população humana foi muito mais responsável por tudo que está acontecendo. E grande parte da população humana, inclusive grande parte da população urbana, que não tem um poder de ação tão grande quanto esses culpados, é a que sofre as consequências. Então é a essa balança extremamente desigual, extremamente cruel que precisamos nos atentar. Não podemos ver esse problema como uma catástrofe simplesmente ambiental, simplesmente climática, mas um reflexo social de como se estruturou — politicamente, territorialmente, culturalmente — o Brasil como nação. E eu acho que ela deixa uma grande pergunta: o que vamos fazer a partir de agora?

Tereza Spyer: Eu gostaria de agradecer mais uma vez ao Denilson, ao Diosmar e ao Pedro por essa conversa tão rica. Quero lembrar a todas e todos que uma discussão mais ampla pode ser acessada na revista *Laje*. Convido todo mundo a ler os textos — são excelentes, muito bem escritos e, além disso, a revista é visualmente belíssima. As imagens e o cuidado gráfico tornam a leitura ainda mais interessante. Então, deem uma olhada na *Laje*. Por fim, gostaria de agradecer ao pessoal do *Urbanidades*, por abrir esse espaço tão importante para essa discussão. Até a próxima, mas antes de finalizarmos, eu passo a palavra para os nossos convidados.

Denilson Araújo de Oliveira: Obrigado, Teresa. Obrigado, Pedro, Diosmar, e a todo mundo da equipe técnica do podcast. Quero agradecer por este momento de diálogo, com tantas trocas e aprendizados. Convido todas, todos e todes não só a continuarem acompanhando este podcast, mas também a lerem o dossiê e, depois, trazerem suas críticas e reflexões sobre o nosso artigo. Obrigado, gente!

Diosmar Marcelino de Santana Filho: Bom, pessoal. Teresa, Denilson, Pedro e a equipe técnica, quero agradecer ao Podcast *Urbanidades* e a revista *Laje* por este espaço e diálogo tão rico. Convido todos a continuarem acompanhando o podcast, esse espaço tão potente de conversa, e a conhecerem melhor a revista, que traz não só os nossos artigos, mas muitos outros textos essenciais. Eu sempre digo que, quando saiu a primeira edição da revista *Laje* e eu fui ao lançamento em Salvador e li um dos artigos, me fez pensar: "Esse é o tipo de texto que eu gostaria de ter escrito, que eu queria levar para casa". Pela qualidade do trabalho que a *Laje* está realizando, pelos editores, editoras e toda a equipe, deixo aqui meus parabéns e agradecimentos. É uma grandeza poder partilhar esse diálogo tão profundo e necessário. Que possamos nos manter em movimento nesse campo-mundo.

Pedro Vitor Costa: Bom, muito obrigado, Teresa. Obrigado, Denilson. Obrigado, Diosmar. Quero agradecer muito ao Podcast *Urbanidades* por essa oportunidade. Foi realmente

muito bom trocar com vocês, uma conversa extremamente rica. É impactante encarar as questões que vocês trouxeram, questões tão importantes e urgentes. Também convido todos a lerem a revista *Laje* e explorarem os artigos, pois acredito que há conteúdos muito interessantes, capazes de responder a muitas das perguntas que nós trabalhamos aqui. Então, muito, muito obrigado a todos por essa oportunidade e por esse momento!

Referências

BARBOSA, Jorge Luiz. Assentamentos (In)Formais: Territórios Populares na Urbanização Brasileira. In: SANTOS, Otávio Augusto Alves dos Santos; SILVA, Katielle Susane do Nascimento; MALHEIROS, Jorge (org.). **Geografia Urbana: Revisitando Conceitos e Temas**. Lisboa/ Recife: CEG-IGOT-ULisboa:/UFRPE, 2023, p. 147-158.

BUTLER, Judith. **Quadro de Guerra: Quando a Vida é Passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela: a Produção do “Espaço Criminalizado”** no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Pedro Vitor; CAPILLÉ, Cauê; MENDO, Maria Ayara. A Doméstica de Magé: Uma Arquitetura em Oito Atos. **Laje**, v. 2, n. 2, p. 342-377, 2023. <https://doi.org/10.9771/lj.v2i0.58352>.

DE SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino; GÓES, Emanuelle Freitas; FERREIRA, Andréa Jacqueline Fortes. Territórios negros: uma análise sociorracial em tempos de COVID-19. **Laje**, v. 2, n. 2, p. 146-171, 2023. <https://doi.org/10.9771/lj.v2i0.58339>.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **A Retórica da Intransigência: Perversidade, Futilidade, Ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, (1991) 1992.

MBEMBE, Achille. O Que Fazer Com as Estátuas e os Monumentos Coloniais?. **Revista Rosa**, v. 2, n. 2, (2006) 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História Feita por Mãos Negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Entre a Geografia dos Afetos e a Espacialidade das Relações Raciais no Brasil. In: GOETTERT, Jones Deri; MOTA, Juliana Grasielle Bueno; NUNES, Flaviana Gasparotti; IORIS, Antonio Augusto Rossotto (org.). **Geografiando Afetos: Escritos, Imagens, Intensidades**. Porto Alegre, Total Books, 2022, p. 125-124.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Trajetórias do Hip Hop e da Questão Racial Brasileira: Alguns Apontamentos. **Laje**, v. 2, n. 2, p. 378-419, 2023. <https://doi.org/10.9771/lj.v2i0.58354>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: Um Mundo em Busca de Novas Territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (org.). **La Guerra Infinita: Hegemonia y Terror Mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 217-256.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino de. A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino de; GÓES, Emanuelle Freitas; FERREIRA, Andréa Jacqueline Fortes. Territórios Negros: uma Análise Sociorracial em Tempos de COVID-19. **Laje**, v. 2, n. 2, p. 146-171, 2023.

VERÍSSIMO, Céline, PENA, João Soares; VAZ, Murad Jorge Mussi. (ed.). Dossiê Cidades Africanas — Volume 1: Cidades e Arquiteturas na África. **Laje**, v. 1, n. 1, 2022. <https://periodicos.ufba.br/index.php/laje/issue/view/2432>.

VERÍSSIMO, Céline, PENA, João Soares; VAZ, Murad Jorge Mussi. (ed.). Dossiê Cidades Africanas — Volume 2: Cidades e Arquiteturas Afrodiaspóricas. **Laje**, v. 2, n. 1, 2023a. <https://periodicos.ufba.br/index.php/laje/issue/view/2481>.

VERÍSSIMO, Céline, PENA, João Soares; VAZ, Murad Jorge Mussi. (ed.). Dossiê Cidades Africanas — Volume 3: Cidades, Raça e Emergências na África e na Diáspora, v. 2, n. 2, 2023b. **Laje**. <https://periodicos.ufba.br/index.php/laje/issue/view/2579>.

Recebido em: 04/01/2025

Aceito em: 29/05/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v14i0.71146

Como citar: SPYER, Tereza; OLIVEIRA, Denilson Araújo de; SANTANA-FILHO, Diosmar Marcelino de; COSTA, Pedro Vitor. Periferias e Insurgências: Diáspora Africana nas Cidades Brasileiras. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 14, n. 2, p. 35-59, 2025.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL